

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação recorde de R\$ 247,9 bi em outubro 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Faltam R\$ 42,3 bi para zerar contas, estima IFI 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita diz não ver 'sobressaltos' até o fim do ano 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção para quem não precisa (Editorial) 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal chega ao 11º recorde mensal consecutivo 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma deveria disciplinar e reduzir os gastos tributários (Editorial) 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad diz que levará a Lula minuta de pacote de cortes na segunda-feira 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência dos militares precisará passar por nova reforma em breve (Editorial) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Setor público do Brasil investe mais em IA, diz Nvidia 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Expectativa de mudanças nas Forças Armadas 14

O GLOBO - RJ - SAÚDE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ultraprocessados têm custo de saúde anual de R\$ 10 bilhões ao país 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medidas do governo Lula custarão até R\$ 3 tri em 10 anos, alerta IH 17

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de carga tributária no saneamento afasta Brasil de boa prática internacional
..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

TRF-3 reduz PIS e Cofins sobre rendimentos obtidos com créditos de descarbonização
..... 19

PORTAL UOL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Perse: uma política de isenções que agrava as distorções fiscais (Governo Lula)..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Menção do G20 a taxar fortunas é vitória do Brasil, diz ex-chefe da OCDE..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grupo varejista francês amplia boicote à venda de carne brasileira..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bitcoin bate novo recorde e encosta em US\$ 100 mil..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A falta que faz um plano integrador - CELSO MING..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Medidas para militares terão impacto de R\$ 2 bi, diz Haddad..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Instituições devem se preocupar com inadimplência, diz BC..... 29

Arrecadação recorde de R\$ 247,9 bi em outubro

A arrecadação federal total cresceu 9,77% em outubro na comparação com o mesmo mês do ano passado, informou ontem a **Receita Federal**. No mês, a arrecadação foi de R\$ 247,92 bilhões, enquanto em outubro do ano passado somou R\$ 225,9 bilhões, descontada a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). É o maior resultado já registrado para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1995, ou seja, em 30 anos. No período acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R\$ 2,217 trilhões, representando um acréscimo de 9,69%, descontado o IPCA.

Em relação às Receitas Administradas pela **Receita Federal**, o valor arrecadado, no mês de outubro, foi de R\$ 225,23 bilhões, representando um acréscimo real de 9,93%. No período acumulado de janeiro a outubro, a arrecadação alcançou R\$ 2,1 trilhões, registrando acréscimo real de 9,70%. De acordo com a Receita, o resultado da arrecadação pode ser explicado, principalmente, "pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis, pela tributação dos fundos exclusivos e a atualização de bens no exterior".

Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 7,40% na arrecadação do período acumulado e de 8,87% na arrecadação do mês de outubro. Em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve uma arrecadação conjunta de R\$ 47,19 bilhões, representando crescimento real de 20,25%. Segundo o órgão, esse desempenho é explicado pelo aumento real de 3,89% no volume de vendas e de 4,02% no volume de serviços de setembro de 2023 a setembro deste ano.

No período de janeiro a outubro, o PIS/Pasep e a Cofins apresentaram um crescimento real de 19,39%, totalizando uma arrecadação de R\$ 444,7 bilhões. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento real de 3,95% no volume de vendas e de 2,5% no volume de serviços entre dezembro de 2023 e setembro deste ano, em relação ao período compreendido entre dezembro de 2022 e setembro de 2023.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Faltam R\$ 42,3 bi para zerar contas, estima IFI

FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

A Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que o governo precisará de um esforço adicional de caixa de R\$ 42,3 bilhões neste último bimestre para zerar o déficit primário em 2024. Caso pretenda alcançar o limite inferior da meta, como determinado pela margem de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), esse esforço seria de R\$ 13,6 bilhões em novembro e dezembro.

Os dados constam de novo relatório de acompanhamento fiscal do órgão, que é vinculado ao Senado.

"Faltariam ao Executivo R\$ 42,3 bilhões para cumprir o centro da meta de primário fixada para 2024, ou R\$ 13,6 bilhões para se atingir o limite inferior do intervalo de tolerância da meta. Esse montante de R\$ 13,6 bilhões pode ser alcançado com uma maior efetividade de algumas medidas previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual) 2024, com alguma surpresa positiva na arrecadação em razão da dinâmica da atividade econômica, com as outras medidas de compensação da desoneração da folha de pagamento, ou mesmo com a falta de execução do restante das emendas parlamentares autorizadas para 2024", diz o texto.

Na análise de Alexandre Andrade e Pedro Souza, diretor e analista da IFI, respectivamente, o esforço fiscal do governo pode ser facilitado pela continuidade da limitação de execução das emendas parlamentares, como foi imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e pelo represamento de recursos dos ministérios, que costuma ocorrer na reta final do ano. "Considerando que faltam dois meses para o encerramento do exercício, o cumprimento da meta de resultado primário deste ano pode ficar mais fácil", diz o documento.

EMENDAS. O relatório mostra que, de R\$ 45,3 bilhões referentes ao limite de pagamento de emendas no ano, foram pagos R\$ 28,4 bilhões até outubro.

Faltariam R\$ 16,9 bilhões em emendas a serem executadas, que dependem da decisão do STF sobre o tema, mas R\$ 13,2 bilhões são de emendas individuais e de bancada, que são impositivas. "De toda forma, há incerteza quanto à execução da parcela

restante dessas despesas, resultado que deriva das discussões jurídicas envolvendo as emendas parlamentares, o que pode contribuir para a melhora do resultado em 2024 e piora nos exercícios seguintes." Mais improvável seria uma ajuda extra por parte da arrecadação, ainda que possa haver surpresas, como pagamentos de dividendos pelas estatais ou a materialização de medidas previstas no Orçamento, como os montantes previstos com a retomada do voto de qualidade no **Carf**.

Avaliação Esforço fiscal pode ser facilitado por limite às emendas parlamentares, mostra relatório

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Receita diz não ver 'sobressaltos' até o fim do ano

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, afirmou que a expectativa do órgão é de que a arrecadação de **impostos** neste último bimestre mantenha o ritmo registrado desde o início do ano. "Nossa equipe que acompanha esses números nos passa um sinal de tranquilidade até o final do ano. Nossa perspectiva para os últimos dois meses é manter o desempenho que vem ocorrendo ao longo do ano, sem nenhum sobressalto", disse ele.

Para este ano, Malaquias destacou o bom desempenho do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). "O desempenho das empresas reflete diretamente a atividade econômica como um todo. Os esforços de recuperação de créditos se refletem também nesses dois **tributos**, que são os principais do setor produtivo. No período acumulado, o desempenho do Imposto de Renda já passou de 1%, quase 1,5% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado", afirmou.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Isenção para quem não precisa (Editorial)

A **Receita Federal** acaba de divulgar que 11.877 empresas se encontram atualmente habilitadas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), originalmente criado em 2021 para socorrer de forma emergencial o setor de eventos, duramente atingido pelo isolamento social provocado pela pandemia de covid-19.

Estendido até 2026, o Perse, revela a lista da Receita, vem beneficiando influenciadores abastados, artistas renomados e grandes empresas, ou seja, um programa outrora concebido para apoiar pessoas que, por conta de uma emergência sanitária, de um dia para o outro se viram sem trabalho foi mantido pelo Congresso, e vem garantindo isenções fiscais aos mais ricos, em mais uma demonstração do quanto o Brasil penaliza os mais pobres.

Na lista de beneficiados pelo Perse aparecem personalidades como o influenciador Felipe Neto, notório por publicações nas quais critica "elites" e "empresas" que não pagam **impostos**, embora ele mesmo tenha se beneficiado de R\$ 14 milhões em isenções fiscais até agosto deste ano. Exposto, Neto divulgou nota que beira a hipocrisia, e tentou desviar do assunto aludindo à operação da PF que escancarou uma tentativa de golpe de Estado no Brasil. Certamente graves, as revelações da PF não fazem com que as isenções fiscais concedidas a quem não merece sejam menos escandalosas.

Justiça seja feita a Neto, ele não é o único influenciador ou artista presente na lista da Receita. Virgínia Fonseca, conhecida por ostentar a mansão em que vive e bolsas de grife nas redes, também figura na planilha do Perse, bem como o cantor Gustavo Lima, aquele que celebrou seu aniversário em um iate em Mykonos, na Grécia, acompanhado do ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal (STF). Como se vê, Neto, apoiador de Lula, e Lima, de Bolsonaro, compartilham da mesma visão de mundo quando se trata de **impostos** e desfrutam de isenções fiscais que, em um país sério, não se aplicariam a personagens ou empresas com elevado nível de renda.

Para além da hipocrisia de influenciadores nada isentos, a planilha da **Receita Federal** serve para demonstrar a desfaçatez do Executivo e a irresponsabilidade do Congresso. O primeiro segue viciado em gastar, e até o momento ainda não apresentou um plano factível para equilibrar as contas públicas e colocar o País na rota do crescimento

sustentável.

A divulgação dos beneficiários do Perse se presta a alimentar a versão segundo a qual a culpa é dos outros e que a administração há quase dois anos no poder não é responsável por nada.

Se há um vencedor neste esquema que privilegia os mais ricos em detrimento dos mais pobres é o Congresso Nacional. Tanto Jair Bolsonaro quanto Lula da Silva tentaram acabar com o Perse ou limitá-lo, o que faria todo o sentido, posto que o programa foi desenhado para uma situação emergencial.

O Congresso, contudo, derrubou o veto de Bolsonaro e resistiu à tentativa de Lula de pôr fim ao programa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Arrecadação federal chega ao 11º recorde mensal consecutivo

Estevão Taiar e Jéssica SanfAna De Brasília

A arrecadação de **tributos** pela União tende a manter em novembro e dezembro o bom desempenho verificado até outubro deste ano, de acordo com as estimativas da **Receita Federal**. Em outubro, o indicador atingiu patamar recorde pelo 11º mês consecutivo.

"Nossa equipe está nos passando sinais de tranquilidade [para o período] até o fim do ano", disse ontem o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Mala-quias, em entrevista coletiva concedida para detalhar os números da arrecadação federal referentes ao mês passado. "A perspectiva para os dois últimos meses [de 2024] é que se mantenha o desempenho verificado desde o início do ano, sem nenhum sobressalto", afirmou.

Conforme divulgado nesta quinta-feira, 21, pela Receita, a arrecadação alcançou R\$ 247,92 bilhões no mês passado, alta, sempre em termos reais (descontada a variação da **inflação**) e na comparação com o mesmo período do ano anterior, de 9,77%. No acumulado do ano até outubro, o indicador somou R\$ 2,182 trilhão, alta de 9,69% em termos reais.

De acordo com a Receita, o crescimento do mês passado pode ser explicado por quatro fatores principais: o desempenho "dos principais indicadores macroeconômicos que afetam a arrecadação", como as vendas do varejo e a prestação de serviços; a arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), influenciado pelo "retorno da tributação incidente sobre os combustíveis"; a arrecadação com os **tributos** ligados ao comércio exterior, "em função do aumento do volume das importações, das alíquotas médias" e do câmbio; e a arrecadação previdenciária, por causa do crescimento ao longo do ano da massa salarial.

O aumento da arrecadação de **tributos** tem sido a principal estratégia do governo federal para cumprir a meta de resultado primário estabelecida para este ano. O objetivo para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos, o equivalente a R\$ 28,8 bilhões. Até o começo de novembro, a projeção mediana de

instituições financeiras, consultorias e gestoras era de déficit de R\$ 62 bilhões, segundo o Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, por sua vez, projetam em setembro resultado negativo de R\$ 28,3 bilhões para o ano.

Nesta sexta-feira, a equipe econômica do governo apresentará nova projeção, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o resultado de outubro reforça a "expectativa de que a meta de primário deste ano será alcançada". A instituição projeta déficit de R\$ 28 bilhões para 2024, já descontando os R\$ 20 bilhões gastos pelo governo federal para combater os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul-montante que, de acordo com a legislação, não entra no cálculo da meta.

O texto destaca, no entanto, que medidas implantadas para compensar a desoneração da folha de pagamentos e que foram antecipadas, como a transferência para o Tesouro Nacional de R\$ 6,3 bilhões de depósitos judiciais que estavam na Caixa Econômica Federal, também ajudam a explicar o "forte" desempenho da arrecadação em outubro.

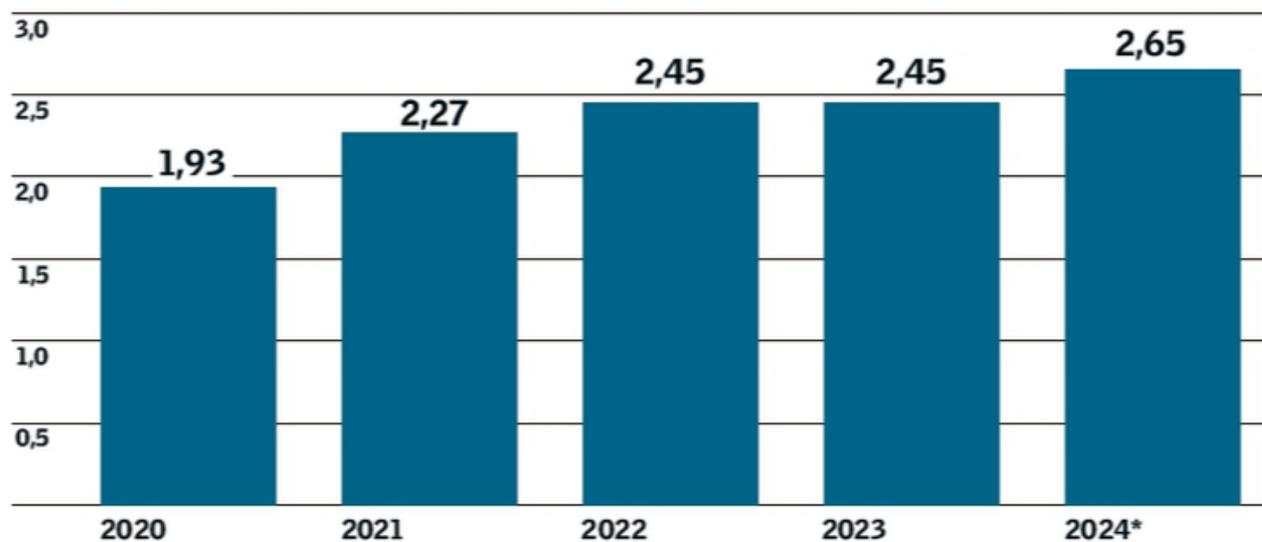
Já a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, afirma que, apesar de o desempenho da arrecadação em outubro "ter surpreendido, é preciso cautela em relação" ao último bimestre, "em função da perspectiva de desaceleração da atividade econômica".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2>

Arrecadação federal

Em R\$ tri - valores de out/24



Fonte: Receita *Acumulado de 12 meses até out/24

Reforma deveria disciplinar e reduzir os gastos tributários (Editorial)

Enquanto os governos buscam de todas as maneiras como aumentar a arrecadação, União e Estados abdicarão este ano de mais de R\$ 700 bilhões em receitas decorrentes de gastos tributários, abatimento ou isenção de **impostos** para incentivar setores, regiões e empresas do país. Os números são de estudo feito em parceria entre FGV, Conselho em Políticas Econômicas (Council on Economic Policies) e Instituto Alemão para o Desenvolvimento e a Sustentabilidade (Idos), com o apoio da Samambaia.org. Pela primeira vez, é feita uma estimativa dos gastos dos Estados - 1,5% a 2% do **PIB**, com viés de alta, segundo os autores.

A União, de acordo com a **Receita Federal**, deixará de receber R\$ 544,4 bilhões, ou 4,4% do **PIB**, em 2024, enquanto o governo Lula terá de comprimir o orçamento do ano para chegar a um déficit permitido de R\$ 28,8 bilhões. Da maneira como as contas públicas são tratadas por todos os governos, não só os petistas, é mais fácil que a máquina do Estado seja paralisada por falta de dinheiro do que colocar fim a esses benefícios. No governo Bolsonaro, foi aprovada a Emenda Constitucional 109/2021, para reduzir 2% do **PIB** os gastos tributários em até 8 anos, sem mexer nos principais programas, como Simples e Zona Franca de Manaus (ZFM). Ninguém mais tocou no assunto até o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltar a mencionar como esses recursos estão fazendo falta agora.

Entre os pontos de destaque do estudo está o fato de que a maioria dos programas em que o Estado abre mão de **impostos** não tem data para acabar. Dos 128 gastos tributários listados, 95 continuarão vigentes até 2073, como os benefícios à ZFM, por exemplo. Depois de entrarem no orçamento, perpetuam-se por inércia, sem que se tomem cuidados elementares, a começar pela avaliação de resultados.

Até mesmo esta providência simples não se concretiza por dois problemas: não há padrões para calcular seus impactos financeiros e sequer obrigação de que sejam divulgados de forma clara. "No caso dos governos estaduais, há disparidades na forma de contabilizar os subsídios entre Estados e também mudanças ao longo do tempo em um mesmo Estado", avalia o estudo. Ele aponta que o Estado em que os gastos tributários representam maior porcentagem da arrecadação própria é o Amazonas (62%), em função da ZFM,

seguido por Santa Catarina (47%), Mato Grosso (38%), Goiás (33%) e SP(30%).

Apenas em 2019 foi criado o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap), para averiguar o desempenho das renúncias fiscais, e 34 relatórios foram desde então concluídos. Não tiveram o menor efeito prático e, pela disposição geral do atual governo e do Congresso, exceto os Ministérios da Fazenda e Planejamento, nada será feito para mudar o status quo.

Em tese, os gastos tributários visam a atender objetivos econômicos e sociais que melhorem a vida de amplas camadas da população e promover desenvolvimento regional. Mas o padrão delas contraria a intenção - dois terços contemplam o Sudeste (47,2%) e o Sul (16,97%), segundo o relatório da Receita sobre o Projeto de Lei Orçamentária de 2025. São as regiões mais ricas do país.

Com 22,2% do total, o Simples é o maior abatedouro de **impostos** da lista de gastos tributários. Sua reformulação em 2007, no segundo governo de Lula, marca, não por acaso, o início de uma curva mais acentuada do aumento das renúncias de arrecadação. O Simples tem vários problemas de desenho. Ele serviu para que executivos e funcionários com alta remuneração nas empresas se transformassem em pessoas jurídicas e pagassem bem menos **impostos** do que se permanecessem assalariados. Gastos com agroindústria (15,25%) e abatimentos do IRPF (10,46%) vêm a seguir.

Um exemplo de incentivo com **impostos** que se tornou anacrônico é o destinado aos combustíveis fósseis, de R\$ 81,74 bilhões em 2023 (incluindo o Repetro, regime especial para importação de equipamentos do setor de óleo e gás), quantia mais de quatro vezes superior aos estímulos tributários concedidos às energias renováveis (R\$ 18 bilhões), segundo o estudo da FGV.

As benesses tributárias terão repercussão na reforma que está em vias de conclusão. A reforma fechará uma importante brecha que permitia a guerra fiscal entre Estados. Mas a um custo: criou-se um fundo de compensação de benefícios fiscais para os Estados, que receberá dotações a partir do ano que vem, de R\$ 8 bilhões, crescendo R\$ 8 bilhões a cada ano até

2028. Em 2029 o valor é de R\$ 32 bilhões, decrescendo R\$ 8 bilhões anuais até 2032-ou RS 160 bilhões.

A **reforma tributária** deveria disciplinar essas regalias tributárias, estabelecendo obrigatoriedade de avaliação de desempenho, com metodologias universalmente aceitas para isso, regras comuns para concessão e prazos de validade determinados. O descontrole a que se chegou é nefasto: os recursos dos quais os governos abrem mão seriam suficientes para cobrir todos os déficits primários incorridos na última década e ainda sobraria dinheiro. Com Executivos cada vez mais fracos e sem maioria no Congresso, o desperdício de recursos com benefícios opacos e perenes prosseguirá, com a ameaça de uma crise fiscal sempre rondando no horizonte. Há dinheiro, mas ele está onde não deveria estar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2)**

Haddad diz que levará a Lula minuta de pacote de cortes na segunda-feira

ALVARO GRIBEL AMANDA PUPO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a equipe econômica levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na próxima segunda-feira pela manhã, a minuta das medidas de ajuste fiscal que serão adotadas pelo governo, incluindo o acordo que foi feito com o Ministério da Defesa de ajustes na previdência dos militares.

A expectativa do ministro é de que, ao fim dessa reunião com Lula, o pacote já possa ser anunciado entre segunda e terça-feira.

"Nós vamos bater com ele (Lula) a redação e, ao fim da reunião de segunda-feira, nós estaremos prontos para divulgar", afirmou Haddad, após voltar do Palácio do Planalto.

"Se faremos na segunda ou na terça é uma decisão que a Comunicação vai tomar, mas os atos já estão "minutados". Nós vamos fechar pela manhã, a partir das 10h, o presidente liberou a agenda para encerrar o debate sobre a redação, e aí estaremos prontos para o anúncio." A demora do governo para finalizar o pacote de medidas de contenção de gastos, visto como fundamental para restabelecer a confiança dos agentes financeiros no arcabouço fiscal, pesou ontem contra o real no mercado de câmbio. O dólar, que já vinha pressionado pelo aumento das tensões no conflito entre Ucrânia e Rússia, fechou com alta de 0,77%, cotado a R\$ 5,81. "O mercado está esperando há muito tempo pelo pacote para conter a deterioração das contas públicas. Se agradar, podemos ver o dólar voltando a R\$ 5,40", afirmou Rodrigo Miotto, gerente de câmbio da Nippur Finance.

Haddad foi questionado se o impacto das medidas fiscais seria de algo em torno de R\$ 70 bilhões em dois anos, como interlocutores do Congresso chegaram a mencionar, mas evitou cravar qualquer número.

Disse apenas que algumas medidas já foram antecipadas a parlamentares e lideranças no Congresso, e que o pacote é suficiente para "reforçar o arcabouço fiscal".

MILITARES. A Fazenda estima uma economia em torno de R\$ 2 bilhões por ano com as quatro medidas

acertadas com a Defesa para endurecer as regras da previdência dos militares. A informação foi antecipada pelo Estadão e confirmada ontem no final do dia por Haddad.

O estabelecimento da idade mínima de 55 anos para que os militares possam ir para a reserva, embora ainda seja uma idade considerada baixa, é visto como um marco, porque vai significar que todo aumento no Regime Geral do **INSS** também implique discussões para os militares.

Hoje, não existe idade mínima para aposentadorias dos militares, apenas a necessidade de se cumprir 35 anos de serviço nas Forças.

As outras medidas são o fim da "transferência de pensão" para beneficiários de 2.^a e 3.^a ordens (os pais e irmãos dependentes do militar), além da contribuição de 3,5% da remuneração dos militares para compor o Fundo de Saúde, até janeiro de 2026.

Na avaliação do governo, a inclusão dos militares também deve ajudar nas conversas com o Congresso em torno de medidas para as emendas parlamentares.

Economia com militares Fazenda estima que vai poupar até R\$ 2 bilhões por ano com cortes propostos na área militar

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Previdência dos militares precisará passar por nova reforma em breve (Editorial)

A necessidade de um programa de corte de gastos trouxe à tona uma discussão bem-vinda sobre o sistema previdenciário dos militares. É esperado que o pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, traga mudanças nas regras para a reforma-nome dado nas Forças Armadas àquilo que os civis conhecem como aposentadoria. Pelas informações disponíveis, essas mudanças trariam economias estimadas em R\$ 6 bilhões anuais ao Orçamento. Mas a discussão deveria ir além da necessidade imediata.

As mesmas forças demográficas que tornam imperativo rever as regras da Previdência civil atuam sobre a militar. Em 2023, as receitas de contribuições previdenciárias dos militares somaram R\$ 9,1 bilhões, ante despesas de R\$ 58,8 bilhões. O Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que a reforma da Previdência de 2019, ao instituir a contribuição obrigatória, contribuiu para reduzir o déficit, mesmo assim foi insuficiente.

É verdade que a carreira dos militares apresenta singularidades que justificam regras diferentes para a saída da ativa. Eles exercem a atividade em dedicação exclusiva, sem limite de horário, estão sujeitos a transferências compulsórias, a códigos rígidos de conduta e podem ser convocados em situações de emergência mesmo na reserva. Por isso foram poupados da maioria das mudanças impostas pela reforma da Previdência de 2019.

Até hoje, não existe idade mínima para passarem à reserva (entre civis, ela é de 65 anos para homens e 62 para mulheres). Mesmo quem é expulso da corporação deixa pensão para os parentes. E a morte de um familiar leva à redistribuição da pensão para os demais. Tudo isso o governo pretende mudar no pacote fiscal.

A ideia é que a idade mínima para passar à reserva seja de 55 anos, com uma regra de transição. Para quem hoje entra na caserna aos 20 anos, não haverá mudança, pois já é obrigado a se reformar com pelo menos 35 anos de serviço. Outra mudança será impor na Marinha e na Aeronáutica o recolhimento de 3,5% do salário ao Fundo de Saúde, como no Exército. Aos parentes de militares expulsos, será garantido apenas o auxílio-reclusão pago pelo **INSS**. E acabará a "cota de pensão", transferida na morte de um dependente

para os demais herdeiros.

Nada disso, contudo, alterará de forma substancial o déficit da Previdência militar. No Orçamento de 2025, as três Forças Armadas têm um custo de R\$ 133 bilhões. Desse total, apenas R\$ 12,8 bilhões são para investimentos. Os R\$ 120,2 bilhões restantes destinam-se à remuneração dos militares da ativa e da reserva. Como a demografia é implacável, haverá pressão cada vez maior sobre esses gastos. Será preciso implementar mudanças mais amplas, assim como nas regras da Previdência dos civis. Os efeitos da reforma de 2019 se esgotarão nos próximos dois anos, pois a população tem envelhecido mais rápido do que se previa. É preciso discutir desde já uma nova reforma da Previdência -incluindo a militar.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Previdência dos militares precisará passar por nova reforma em breve

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor público do Brasil investe mais em IA, diz Nvidia

Daniela Braun De São Paulo

Os pedidos de chips da Nvidia por órgãos públicos brasileiros vêm ganhando ritmo nos últimos meses. Entre outubro e o início deste mês, a empresa fechou contratos com o Banco do Brasil, a Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para fornecer suas unidades de processamento gráfico (GPUs), em projetos de pequenos supercomputadores.

"A demanda destes órgãos acelerou bastante e há uma promessa de mais licitações no primeiro trimestre", disse o diretor-executivo de vendas corporativas da Nvidia na América Latina, Márcio Aguiar, ao Valor, nesta quinta-feira (21).

A fornecedora de componentes e softwares que sustentam o avanço da inteligência artificial (IA) generativa no mundo divulgou na quarta-feira (20) lucro de US\$ 19,31 bilhões no terceiro trimestre referente ao ano fiscal de 2025, alta de 109%, em base anual. A receita no trimestre encerrado em 27 de outubro foi de US\$ 35,08 bilhões, com avanço de 94% ante igual período do ano passado.

As ações da Nvidia fecharam em alta de 0,56% nesta quinta-feira (21), na Nasdaq, negociadas a US\$ 146,71, após a desaceleração no dia 20, para US\$ 145,89.

A Nvidia está ansiosa pela liberação de verbas do governo federal para fornecer seus componentes ao país, como parte do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). "Estamos confiantes de que o Brasil está caminhando nos passos que consegue dar", observa Aguiar.

O executivo diz manter conversas frequentes com representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Ministério da Fazenda para tirar dúvidas sobre os projetos que a Nvidia pode impulsionar com seus componentes e softwares.

O plano do governo federal de investir R\$ 23 bilhões, em quatro anos, no desenvolvimento do mercado brasileiro de IA, aguarda a validação da Casa Civil e de outros ministérios para que seu decreto seja

publicado.

Na corrida pela IA generativa, Aguiar nota que o governo precisa apertar o passo na liberação de verbas em projetos de pesquisa e desenvolvimento. "Desde abril, já fechamos acordos de fornecimento com os governos de Cingapura, Dinamarca e Índia. O desafio é global e não podemos deixar [os chips] reservado porque há mais de 50 clientes na fila de espera."

A nova geração de GPUs da Nvidia, chamada Blackwell, já começou a ser entregue a grandes provedores de serviços de computação em nuvem e corporações, inclusive com pedidos no Brasil.

Uma GPU de última geração da Nvidia custa cerca de US\$ 30 mil, mas a oferta, segundo o executivo, compreende um conjunto de componentes. Hoje, as entregas dos chips Blackwell levam, em média, 12 semanas, informa Aguiar.

Outro desafio da empresa e de fabricantes de computadores é ampliar o volume de chips que se enquadram nos incentivos fiscais previstos pelo Processo Produtivo Básico, uma contrapartida nos benefícios fiscais que as empresas recebem.

Ampliar o limite de GPUs que se enquadram nos benefícios do PPB é outro tema de conversas da Nvidia com o governo, desta vez com representantes do Ministério da Economia.

"O ministério está entendendo essa necessidade e conversando porque a indústria quer evoluir e adotar a IA generativa, mas as empresas privadas sofrem com isso", afirma o executivo da Nvidia.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2>

Expectativa de mudanças nas Forças Armadas

RENATA GIRALDI

A descoberta do plano de golpe de Estado, incluindo os assassinatos do presidente da República, do vice-presidente e de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), não surpreende especialistas. O professor e advogado Rodrigo Lentz, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), e pesquisador do Instituto Tricontinental com foco na área militar, relembra que, logo após a Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas da Alemanha extinguiram as forças especiais que mantinham conexões com o nazismo. O Brasil, diferentemente, não promoveu mudanças nas Forças Armadas, quando acabou a ditadura e se instaurou o regime democrático.

"Infelizmente, não estou chocado com todas essas informações.

Embora os detalhes me causem perplexidade, o que aconteceu foi o óbvio. O Brasil escolheu a impunidade, inclusive, há um certo culto entre as instituições militares ao que ocorreu em 1964. Para muitos, houve ali uma "revolução democrática", ressaltou o professor. "As Forças Armadas têm algo de resistência e estrutural. O que surpreende é que, pela primeira vez, civis, no caso, policiais federais, prenderam militares de alta patente. Isso difere do que ocorreu ao longo da história do Brasil." Para Lentz, as mudanças nas Forças Armadas virão porque atingiram o Judiciário, mais precisamente o STF, com ameaça de morte a um ministro - Alexandre de Moraes. "As mudanças certamente virão, daí porque colocou a Suprema Corte em uma situação suscetível", afirma.

Já o advogado Leonardo Pinheiro, professor de direito administrativo e constitucional, eventuais transformações são mais do que necessárias porque a apreensão está presente no país. "Não há como não ter medo de tudo que está vindo à tona, porque subverte a ordem democrática.

Infelizmente, a impressão que se tem é que o ambiente golpista não estava tão distante quanto se imaginava." O advogado Francisco Zardo destacou ser necessário distinguir os processos em curso: há pedidos de indiciamentos; denúncias de quebra da ordem democrática, com ameaça de golpe de Estado; e **servidores públicos** militares e civis envolvidos.

Ele reiterou haver medidas previstas para punir os eventuais condenados, indo além das penais.

Aqueles que estão na ativa podem sofrer processos disciplinares e afastados das atividades profissionais, podendo ter suspensas as remunerações. Os que estão na reserva ou aposentados podem perder aposentadorias e pensões. "As instâncias são independentes, mas devem guardar coerência entre elas", afirmou Zardo, referindo-se à autonomia das investigações, mas, ao mesmo tempo, à conexão entre elas.

-

Reuniões com cúpula militar

As investigações da Polícia Federal, concentradas no inquérito entregue, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), concluíram que o planejamento da ruptura democrática teve reuniões com a cúpula das Forças Armadas, produziu rascunhos de minutas golpistas, planilha com detalhes da ação e esboço de um "gabinete de crise" que seria instalado após o envenenamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a "eliminação" do ministro Alexandre de Moraes por meio de artefato explosivo.

A PF indiciou todos os integrantes de um grupo que havia sido batizado, ao longo do inquérito, como Núcleo de Oficiais de Alta Patente - militares que, "utilizando-se da alta patente que detinham, agiram para influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações e medidas a serem adotadas para consumação do golpe de Estado" (leia reportagem na página 4).

O relatório das operações Tempus Veritatis e Contragolpe deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) na próxima semana. Nos outros casos em que o ex-presidente Jair Bolsonaro já havia sido indiciado, houve ocasiões em que o PGR, Paulo Gonet, pediu diligências complementares, informações adicionais e a íntegra de informações coletadas em operações.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/66/22-11-2024.html?all=1>

Ultraprocessados têm custo de saúde anual de R\$ 10 bilhões ao país

JULIANA CAUSIN

O consumo de ultraprocessados no Brasil gera um custo anual de R\$ 10,4 bilhões. O valor inclui os gastos diretos no Sistema Único de Saúde (SUS), perdas econômicas indiretas associadas à mortes prematuras e gastos com benefícios previdenciários e licenças médicas.

O valor foi calculado por Eduardo Nilson, pesquisador da Fiocruz Brasília e do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) da USP, em estudo inédito realizado a pedido da organização ACT Promoção da Saúde.

Segundo a pesquisa, os ultraprocessados geram ao SUS despesas de R\$ 933,5 milhões ao ano. O resultado considera os gastos com internações, atendimentos ambulatoriais e medicamentos voltados ao tratamento de obesidade, diabetes tipo 2 e hipertensão.

Nilson argumenta que há evidências consolidadas na literatura científica que associam obesidade, diabetes tipo 2 e hipertensão, que estão entre as doenças crônicas mais prevalentes no Brasil, ao consumo desses alimentos. Ele ressalta que o valor final apontado pelo estudo, apesar de elevado, é conservador:

- Mesmo considerando essas doenças, utilizamos uma abordagem que é bem conservadora. Não buscamos superestimar nada, pelo contrário, adotamos premissas que subestimam o impacto - afirma.

Os maiores impactos referem-se ao tratamento de doenças associadas a diabetes tipo 2 (41% do total). Além do custo direto ao SUS, a pesquisa estima que R\$ 263 milhões sejam direcionados anualmente para gastos previdenciários (aposentadoria precoce e licenças médicas) e por absenteísmo (internações e licenças médicas) ligado a essas doenças.

Produtos industriais que passam por várias etapas de processamento, os ultraprocessados incluem uma combinação de ingredientes refinados, como gorduras e amidos, com aditivos químicos, como corantes e aromatizantes. De baixo valor nutricional, a categoria inclui refrigerantes, salgadinhos e biscoitos recheados, entre outros.

Dados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE e sugerem que 18,4% de todas as calorias ingeridas pelos brasileiros são advindas do consumo desses produtos. Cerca de metade (49,5%) das calorias vem de alimentos in natura.

MORTES PREMATURAS

O resultado aponta que a maior parte do impacto econômico vem das perdas indiretas causadas pelas mortes prematuras ligadas ao consumo de ultraprocessados. O valor soma R\$ 9,2 bilhões por ano para a economia brasileira e considera a estimativa de que o país tenha 57 mil mortes precoces -isto é, em pessoas de 30 a 69 anos - atribuíveis a esses produtos.

O cálculo estima a redução dos ganhos na população em idade ativa pela saída precoce do mercado de trabalho. Salário médio, taxa de emprego e idade média de aposentadoria foram considerados. A análise incluiu apenas adultos: homens de 20 a 65 anos e mulheres de 20 a 60.

- Esse custo leva em consideração os trabalhadores e trabalhadoras formais no Brasil e a projeção da perda salarial com essas mortes, considerando salário médio da população - ressalta Eduardo Nilson, da Fiocruz.

O detalhamento das mortes precoces por estados revela que em sete unidades da federação o impacto dos ultraprocessados é maior que a média nacional de 10,5%. Entre eles estão Rio Grande do Sul (13%), Santa Catarina (12,5%) e São Paulo (12,3%).

Estimativas de perdas econômicas associadas a mortes prematuras já foram realizadas para produtos como cigarro e álcool, mas esse é o primeiro estudo que calcula o impacto pelo consumo de ultraprocessados.

O estudo usou uma metodologia que mede o efeito do consumo de ultraprocessados na saúde, considerando que não há nível seguro para esses produtos. A análise calculou quanto as doenças e mortes poderiam diminuir caso o consumo fosse reduzido ao mínimo possível, usando um método chamado Fração Atribuível Populacional.

Marília Albiero, coordenadora de inovação e estratégia da ACT, ressalta que o cálculo dos gastos do país com os ultraprocessados é pertinente em um momento em que o Congresso discute a regulamentação da **reforma tributária**, que definirá a carga a ser paga por essa classe de alimentos:

- Embora já esteja certo que tabaco e álcool vão entrar no imposto seletivo, as discussões sobre alimentação ainda precisam evoluir muito. Queremos fazer com que as evidências científicas ganhem envergadura e projeção.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Medidas do governo Lula custarão até R\$ 3 tri em 10 anos, alerta IH

Jéssica Sant"Ana De Brasília

A Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão de monitoramento das contas públicas, ligado ao Senado Federal - alerta que medidas adotadas durante a transição e no primeiro ano do governo Lula terão um custo estimado entre R\$ 2,3 trilhões e R\$ 3 trilhões ao longo de dez anos, fazendo com que o pacote de corte de gastos a ser anunciado pelo governo seja insuficiente para manutenção do arcabouço fiscal a médio prazo.

A avaliação consta no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de novembro, divulgado na quinta-feira (21). Segundo a IFI, quatro medidas estruturais de aumento permanente de despesas comprometem a viabilidade do arcabouço fiscal.

A primeira foi a manutenção do benefício mínimo do Bolsa Família nos valores observados durante a pandemia de covid-19 (R\$ 600), quando, em tese, o benefício teria que ser reduzido para R\$ 400 após a crise sanitária. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive, criou pagamentos extras atrelados ao programa, o que já faz o benefício médio do Bolsa Família estar em R\$ 678,46.

Segundo a IFI, o impacto fiscal de médio prazo (dez anos) da ampliação permanente do Bolsa Família é R\$ 598 bilhões. A instituição alerta que essa despesa obrigatória foi ampliada sem que fossem "apresentadas medidas de compensação por meio de aumento permanente de receitas ou da redução permanente de outras despesas do Orçamento".

A segunda medida tomada pelo governo que ameaça o arcabouço é a retomada da vinculação dos pisos de saúde e educação à receita, ante a regra anterior, vigente durante o teto de gastos, que reajustava os pisos apenas pela **inflação**. O custo fiscal do retorno dos pisos varia entre R\$ 459 bilhões a R\$ 574 bilhões, a depender dos parâmetros (base ou otimista) utilizados para crescimento da receita.

Já o retorno da política de valorização do salário mínimo tem impacto de R\$ 1,2 trilhão no cenário-base e R\$ 1,4 trilhão no otimista. No cenário pessimista, o impacto seria de R\$ 835 bilhões. Esse impacto acontece porque o salário mínimo é a base para reajuste de 50% das despesas primárias do governo, o

que inclui parte dos benefícios previdenciários, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-desemprego e o abono salarial.

Por fim, a quarta medida relevante para a ampliação persistente das despesas a médio prazo foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF). Tais fundos foram criados no âmbito da **reforma tributária** do consumo para compensar as perdas de arrecadação dos Estados e municípios. A IFI calcula que, entre 2029 e 2034, a União terá de aportar R\$ 336,9 bilhões, a preços de 2024, nesses fundos.

"Assim, o impacto fiscal de médio prazo dessas quatro medidas, aprovadas entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, pode variar entre R\$ 2,6 trilhões, R\$ 3 trilhões e R\$ 2,3 trilhões em dez anos, respectivamente, nos cenários-base, otimista e pessimista. Cabe ressaltar que essas estimativas não incorporam o crescimento das despesas com emendas parlamentares", escreve o analista Eduardo Nogueira, da IFI.

Ele também afirma que a magnitude da expansão fiscal causada por essas quatro medidas e mais a rigidez orçamentária explicam a percepção de que "medidas conjunturais não serão suficientes para reverter o quadro de insustentabilidade do limite de gastos do arcabouço fiscal, podendo apenas adiar a necessidade de alteração do normativo a médio prazo".

"Constantes anúncios de medidas de revisão de gastos com baixa implementação, acompanhados de aumento, geralmente conjunturais, de receitas, além da adoção de medidas que podem contornar regras orçamentárias e fiscais, e da utilização de descontos para o atingimento das metas fiscais colaboram para o cenário de perda de ancoragem das expectativas de médio prazo", completa Nogueira.

Valorização do salário mínimo tem impacto de R\$1,2 trilhão no cenário-base

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2>

Aumento de carga tributária no saneamento afasta Brasil de boa prática internacional

CONTEÚDO PATROCINADO POR ABCON SINDCON

Países europeus com alto nível de saneamento básico possuem tratamento tributário distinto para o setor, com redução de alíquota de até 82%. Enquanto isso, no Brasil, a proposta da **reforma tributária** pode elevar a carga do segmento de 9% para 27%. Os dados são da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), que representa as companhias de saneamento básico privadas.

As informações foram reforçadas durante audiência pública realizada na última quinta-feira (21), no Senado Federal, que ouviu representantes de vários setores para debater os impactos da nova **legislação tributária**. A diretora-executiva da Abcon Sindcon, Christianne Dias Ferreira, alertou que as mudanças previstas vão implicar aumento nas contas dos usuários, além de afastar os investimentos necessários para a universalização dos serviços.

"No Brasil, onde o serviço de saneamento não está universalizado, não há qualquer tratamento diferenciado em relação a outros países europeus que já alcançaram essa meta, por exemplo. Pelo contrário, temos um aumento muito significativo da carga tributária", declarou a executiva.

Um abaixo-assinado foi lançado pela entidade e demais estatais explicando os impactos dos aumentos nas contas. Cerca de 75% da população tem renda de até um salário mínimo. Ou seja, se o modelo proposto prevalecer, a população será duplamente impactada: com tarifas mais altas e com o potencial atraso no acesso a esses serviços essenciais, segundo a executiva.

A proposta da Abcon Sindcon é a equiparação do setor de saneamento ao setor de saúde, o que traria uma redução de 60% da alíquota. "A própria Organização Mundial da Saúde já mensurou que, para cada US\$ 1 investido em saneamento, há uma economia de US\$ 5,50 em saúde pública", acrescentou Christianne.

SANEAMENTO E SAÚDE

A entidade estima que a universalização do

saneamento resultará em uma economia de R\$ 25 bilhões no orçamento público da saúde até 2040. Só a despesa anual com internações (sem considerar consultas e atendimentos de emergência) é de R\$740 milhões.

Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram, ainda, que dentre 1 milhão de internações nos últimos três anos foram registrados 200 mil óbitos relacionados à falta de saneamento. Atualmente, 15% dos brasileiros não têm acesso a abastecimento de água, 44% não têm coleta de esgoto e, daquele esgoto coletado, 48% não é tratado.

"Todas as sugestões aqui ouvidas serão consideradas pela equipe técnica que trabalha na análise desse projeto para a sua redação final", disse o senador Confúcio Moura (MDB-RO), que presidiu a sessão. O senador Esperidião Amin (PP-SC), também presente, se mostrou otimista: "As advertências ouvidas poderão reduzir danos".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2>

TRF-3 reduz PIS e Cofins sobre rendimentos obtidos com créditos de descarbonização

Adriana David De São Paulo

Os contribuintes conseguiram, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), um importante precedente sobre a tributação de rendimentos obtidos com a venda de créditos de descarbonização (CBIOS). A 3ª Turma, de forma unânime, entendeu que esses recursos devem ser tratados como receita financeira, e não receita bruta, o que reduz o PIS e a Cofins a pagar.

Essa é a primeira decisão de segunda instância nesse sentido da qual se tem notícia. Na prática, segundo especialistas, o entendimento do TRF-3 acaba por fomentar atividades que contribuam para reduzir a emissão de gás carbônico.

Os CBIOS foram estabelecidos pela Política Nacional de Biocombustível (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576/17, para que distribuidores de combustíveis possam cumprir as metas individuais de redução das emissões de gases de efeito estufa. São emitidos pelo importador ou produtor de biocombustível a cada tonelada de gás carbônico que deixou de ser emitido graças ao uso do produto no lugar do combustível fóssil. Com essa política, o Brasil atende aos compromissos associados às mudanças climáticas assumidos no âmbito do Acordo de Paris, em 2015.

O caso julgado é de uma usina de açúcar e álcool no interior paulista. No recurso, sustenta que os valores obtidos com a venda de CBIOS não devem ser tratadas como "receitas decorrentes da prática das operações típicas, previstas em seu objeto social", mas como "receitas financeiras", já que são comercializados no mercado de capitais e considerados ativos financeiros pela Resolução CVM nº 175/2022 e pelo Decreto nº 11.075/2022.

Para a Fazenda Nacional, porém, os créditos de descarbonização geram receitas aos produtores de biocombustíveis que devem integrar a base de cálculo do PIS e da Cofins, "pois tais valores decorrem diretamente da sua atividade produtiva, enfeixando-se no seu objeto social (produção de etanol)".

Com a decisão, podem ser aplicadas as alíquotas de 0,65% de PIS e 4% de Cofins, conforme o artigo 10 do Decreto nº 8.426/2015. Se a natureza fosse de receita bruta, as alíquotas seriam de 1,65% e 7,6%,

respectivamente, no regime não cumulativo.

Prevaleceu no julgamento, o entendimento do relator, o desembargador federal Rubens Calixto. Para ele, o C BIO é um título de natureza financeira, "que se dissocia das receitas diretas, ainda que se origine da atividade produtiva, fato, aliás, comum a vários tipos de títulos e receitas, como acontece também com debêntures e valores aplicados no mercado financeiro" (processo nº 5028277-80.2022.4.03.6100).

Ele acrescenta, em seu voto, que o "nexo apenas mediato com a atividade produtiva, portanto, não justifica a descaracterização do C BIO como espécie de "receita financeira". "Claro sintoma disso é a negociação destes títulos nos mercados de capitais, inclusive estrangeiros", afirma o desembargador. "Incoerente seria submetê-lo a tratamento tributário comum, na contramão dos objetivos governamentais e internacionais, neutralizando, em parte, os seus efeitos positivos." A advogada Camila Galvão, sócia do escritório Machado Meyer Advogados, considera a decisão acertada. Ela lembra que o título emitido é negociado em mercado organizado e os recursos obtidos pelo seu emissor "representam para ele incentivo financeiro à produção/importação do biocombustível, proporcionando maior capacidade de investimento em inovação e tecnologias".

Fábio Pallaretti Calcini, sócio do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia, destaca a natureza do C BIO, na linha da decisão judicial, como um ativo financeiro ambiental e que traz como consequência a não incidência do Senar, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e do Funrural, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural para as agroindústrias. Ambos somam alíquota de 2,85% sobre a receita bruta obtida com a comercialização da produção.

A incidência do Funrural sobre a venda de créditos de descarbonização está prevista na Lei nº 8.212/91 (agroindústria) e na Lei nº 8.870/94 (empregador pessoa jurídica que se dedique à produção rural).

"Se a emissão primária de CBIOS não se enquadra nem como receita bruta, nem como resultado da comercialização de produção rural ou agroindustrial, não há de se falar em incidência do Funrural. Afinal, não existe produção rural ou agroindustrial de CBIOS",

diz Calcini.

Para Camila Galvão, os impactos da **reforma tributária** nesse mercado também devem ser analisados. A **reforma tributária**, afirma, traz em diversos aspectos, de forma mais contundente que o sistema tributário em vigor, o princípio de proteção ao meio ambiente. Ela cita os princípios que regem a incidência do Imposto Seletivo e a obrigatoriedade de o biocombustível ter tratamento diferenciado em relação aos combustíveis fósseis.

No entanto, acrescenta, não está especificada a tributação dos CBIOS e há risco de aumento da carga fiscal em decorrência da potencial incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "Há que se avaliar ainda o efeito de eventual tributação na cadeia, considerando a possibilidade de recuperação desses créditos", afirma Camila.

Octávio Rosa, também do Machado Meyer Advogados, destaca que "a depender da regulamentação e sobretudo da interpretação que será dada pelas autoridades tributárias, é possível que essas operações fiquem sujeitas à tributação, o que geraria um possível ônus adicional de IBS, o que hoje não se vê com o ICMS e ISS".

"Reforma traz em diversos aspectos o princípio de proteção ao meio ambiente" Camila Galvão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048>

Perse: uma política de isenções que agrava as distorções fiscais (Governo Lula)

Criado durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro para auxiliar restaurantes e o setor de eventos durante a pandemia, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) é mais um exemplo de política pública de isenções fiscais mal avaliada, não isonômica e sem prazo definido. A iniciativa visava zerar as alíquotas de **tributos** federais como IRPJ, CSLL e PIS/Cofins para determinados setores. Contudo, tem se mostrado ineficaz para a recuperação econômica pretendida e evidencia problemas estruturais na formulação de políticas fiscais no Brasil.

Há alguns meses, o presidente Lula demonstrou surpresa com o aumento dos subsídios no país, que atingiram R\$ 646,6 bilhões em 2023, equivalentes a 5,96% do **PIB**, segundo relatório do Tribunal de Contas da União. Essa reação, além de descolada da realidade, reflete como nossos políticos vão concedendo regimes especiais sem ter dimensão das consequências.

Inicialmente, o Perse listou 43 CNAEs como elegíveis ao benefício, desde que pertencentes ao ramo de eventos. No início do atual governo, uma portaria do Ministério da Fazenda reduziu essa lista pela metade, gerando disputas judiciais com 1.368 empresas que buscam manter as desonerações. Grandes companhias como iFood, Uber e 99taxi estão entre as que acionaram a Justiça, argumentando que o programa tinha duração fixa de 30 meses e não poderia ser alterado durante sua vigência.

Na prática, incentivos fiscais acabam gerando ou fortalecendo lobbies existentes nos setores, tornando difícil o encerramento dos programas. Uma vez concedidos os benefícios, grupos de interesse mobilizam recursos para mantê-los, independentemente da efetividade das medidas. Esse processo, por sua vez, gera uma dinâmica perversa na qual a sociedade arca com os custos das concessões feitas a setores específicos. Ao mesmo tempo que o cidadão comum e empresários sem o mesmo poder de influência acabam pagando **impostos** mais elevados.

Afinal, cada novo benefício fiscal concedido a um segmento resulta em distorções que oneram outros contribuintes. Por exemplo, os críticos da **reforma tributária** apontam com razão para a possibilidade de o Brasil ter uma das maiores alíquotas de IVA do

mundo. Entretanto, devemos lembrar que esse cenário é, na verdade, consequência de um processo político disfuncional, onde privilégios são distribuídos sem avaliação e cuja revogação é difícil. No final, entramos em ciclo vicioso de benefícios fiscais que cria uma dinâmica danosa em que a sociedade sempre arca com o custo das concessões feitas a grupos de interesse.

Como nação, temos dificuldade de implementar regras de forma igualitária para todos os setores, graças à nossa dinâmica política de conceder privilégios. Ficamos concedendo regimes especiais para quem tem poder de lobby ao invés de criar uma estrutura de gastos públicos que garanta a redução de **impostos** para todos.

Sem uma avaliação de resultados e impacto, continuamos a alimentar uma estrutura fiscal desigual, ineficiente que demanda cada vez mais **impostos** para ser sustentada. Precisamos adotar práticas que valorizem a avaliação contínua e a transparência, garantindo que as medidas adotadas sirvam ao interesse público e não a grupos específicos.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/deborah-bizarria/2024/11/perse-uma-politica-de-isencoes-que-agrava-as-distorcoes-fiscais.shtml>

Menção do G20 a taxar fortunas é vitória do Brasil, diz ex-chefe da OCDE

Victoria Netto Do Rio

Responsável por liderar os esforços para a reforma do sistema tributário internacional enquanto esteve à frente da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 2006 a 2021, o mexicano Angel Gurría avalia que o Brasil foi bem-sucedido ao incluir uma menção à taxa de grandes fortunas na declaração final do G20. Ele também saúda a criação da Aliança Global Contra a Fome e se diz "surpreso" com a ausência de convite à OCDE para a cúpula.

Embora não tenha havido um resultado concreto na taxa de super-ricos, o texto dos chefes de Estado do G20 diz que o tema deve seguir discussão e que os países vão trabalhar em cooperação para "garantir que indivíduos de patrimônio líquido ultra-alto sejam efetivamente tributados", respeitando a "soberania tributária".

"Eu aprecio e aplaudo todos esses esforços para ter padrões comuns. No entanto, acredito que isso deve ser feito em todo o mundo, porque senão não funciona", afirma Gurría ao Valor. Ele coordenou a criação da solução de dois pilares, que padroniza a tributação para multinacionais e estabelece um imposto mínimo de 15%, aprovada em outubro de 2021.

A carta de líderes também aborda a cooperação tributária internacional, que reconhece a "tributação progressiva" como mecanismo para a redução de desigualdades. Gurría acredita que um modelo no qual as pessoas ou empresas que ganham mais paguem mais **impostos** é razoável.

"Haveria resistência em endossar algo como "tributação progressiva" em um grupo tão diverso quanto o G20. Mas Lula e sua equipe provavelmente usaram a vantagem de casa para obter uma referência no **comunicado**", diz. O Brasil usa esse modelo de tributação, por exemplo, no Imposto de Renda e no IPTU.

Na avaliação dele, a grande conquista brasileira foi a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. "A aliança é uma vencedora, fará com que mais países se juntem a ela. Mas exigirá uma implementação muito eficaz, esse será o segredo do sucesso", afirma.

Atual presidente do Fórum da Paz de Paris - organização sem fins lucrativos voltada para promover soluções de governança internacional -, o economista afirma que a nutrição é uma questão de desenvolvimento. O tema será parte do fórum que ele preside, em uma cúpula convocada pelo presidente francês, Emmanuel Macron, prevista para março de 2025.

"A fome e a pobreza são uns dos elementos mais críticos do desenvolvimento, e a nutrição tem os melhores retornos em termos de investimentos. Se você investir US\$ 1 em nutrição, isso retornará pelo menos 23 vezes", afirma. Os dados que ele cita são do Quadro de Investimento para a Nutrição 2024, do Banco Mundial.

O relatório aponta que "tanto a desnutrição quanto a obesidade são obstáculos ao capital humano, à produtividade econômica e a um mundo justo e próspero" e que os benefícios econômicos das intervenções nutricionais "superam em muito" os custos da inação. É por isso, diz Gurría, que o Banco Mundial e outras instituições multilaterais de desenvolvimento devem se dedicar a emprestar recursos para nutrição: "Não é apenas nutrição em termos de comida, mas também boa saúde e boa educação."

Pela primeira vez na história do G20, a OCDE não participou da cúpula, realizada no Rio nesta semana. Procurado, o Itamaraty encaminhou a lista de organizações convidadas, na qual a OCDE não aparece. "A presidência brasileira deu preferência a organizações de caráter universal ou integradas por maioria de países em desenvolvimento", disse o Ministério das Relações Exteriores em nota.

Gurría diz que a notícia foi inesperada: "Fiquei bem surpreso, porque a OCDE sempre foi parte integrante do G20 e da governança econômica do mundo", afirmou. Embora não seja membro da OCDE, o Brasil foi convidado a ingressar em 2022 e está em meio ao processo de entrada.

"O Brasil foi declarado como candidato para se juntar à OCDE depois de muitos anos de esforços, tanto da OCDE quanto do Brasil, com inúmeras solicitações. Eu acho que o Brasil pertence à OCDE e a qualquer

iniciativa para se juntar aos esforços de governança do mundo", diz Gurría.

Quanto à eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, Gurría diz que as mudanças na administração americana afetam diversos setores globais. Como exemplo, cita incertezas sobre o futuro do combate às mudanças climáticas e da Lei de Redução da **Inflação** (IRA), que incentivou investimentos verdes no país.

O economista acrescenta que as políticas migratórias restritivas de Trump também geram debates sobre impactos econômicos. Além disso, o presidente do Fórum da Paz de Paris avalia que a possível saída dos Estados Unidos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) preocupa a Europa, que já considera aumentar gastos militares.

Por outro lado, diz que há a perspectiva de um efeito positivo: "Trump declarou que pode acabar com a guerra na Ucrânia em um dia, o que é ótimo, porque afetou dramaticamente não apenas os europeus, mas o mundo inteiro. A guerra gerou **inflação** elevada há dois anos, levando bancos centrais a aumentar as taxas de juros. Os efeitos ainda persistem, com a economia mundial aguardando a redução desses juros".

Gurría também defende que a responsabilidade intergeracional mais importante é cuidar do planeta, pois não há um "planeta B". "Enquanto o mundo se distrai com crises como pandemia, guerra na Ucrânia e conflitos no Oriente Médio, a transição verde é negligenciada." Ele avalia que o Brasil, sob Lula, tem avançado, ao reduzir desmatamento e investir em energia limpa, como hidrogênio e solar. "Apesar do esforço brasileiro, a atenção global permanece dispersa e compromete a prioridade essencial de combater a mudança climática."

"O mundo se distrai com guerras e a transição verde é negligenciada" Angel Gurría

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2)**

Grupo varejista francês amplia boicote à venda de carne brasileira

**Andréa Jubé, Fernanda Pressinott e Marta Watanabe De
Brasil ia e São Paulo**

Cresceu a pressão de redes varejistas francesas no boicote à carne brasileira e de países do Mercosul. O movimento, que começou com o Carrefour na quarta-feira, ganhou nesta quinta, 21, a adesão do grupo Les Mousquetaires, dono de duas grandes redes de varejo. O boicote é mais um capítulo da pressão francesa contra o acordo de livre-comércio entre União Européia e Mercosul, cada vez mais distante de ser consolidado diante da resistência da França. Além da oposição do governo do presidente Emmanuel Macron, produtores agrícolas do país têm realizado seguidos protestos contra a implementação do acordo.

Especialistas ouvidos pelo Valor indicam que o acordo não terá êxito. Ou não será fechado ou, caso seja, ficará bastante esvaziado. A diplomacia brasileira afirma que o acordo está perto de ser concluído agora em dezembro, mas a aprovação depende do aval unânime de todos os parlamentos da UE. Ainda que a Comissão Européia o aprove sem a concordância francesa, não será possível aplicar as cláusulas econômicas, que é justamente o que dá sentido ao acordo.

Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), não acredita que o acordo vai sair do papel. Ele considera que a manifestação do Carrefour é parte do processo. "Sabemos que a maior contraposição para o acordo, pelo menos declarada, é a do agro europeu, mais especificamente do agro francês. E isso é mais um tiro dessa guerra", afirma o economista. "Mas não acho que o acordo vai sair. Me parece que ele foi desenhado para uma realidade que não é mais a do mundo de hoje, da Europa e do Brasil. Vamos chegar aos 49 minutos do segundo tempo e você vai precisar de uma renegociação com extensão de prazo. A manifestação do Carrefour é mais um reflexo disso."

O acordo, avalia Ribeiro, não foi desenhado para o mundo atual, com toda a estrutura de tributação e de guerra comercial, de aumento de protecionismo. Para ele, é preciso reconhecer que "as condições de contorno mudaram".

José Augusto de Castro, presidente da Associação de

Comércio Exterior (AEB), diz que a entidade é a favor do acordo, mas acredita que houve mudança intensa nas relações comerciais nos últimos anos e a incerteza pode ser intensificada pela política prometida pelo presidente eleito dos EUA, Donald Trump. Para Castro, o cenário tem atualmente mais fatores negativos que positivos para a assinatura do acordo Mercosul-UE.

Para Lia Valls, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), os receios em relação ao governo Trump podem atuar de outra forma. A favor da assinatura do acordo está a busca dos europeus por fortalecimento da multipolaridade frente a Trump e a China, que vem ganhando espaço nos mercados sul-americanos. Mas a França, observa, é voz importante dentro da União Européia e não está sozinha.

"A agricultura é uma força muito grande no eleitorado francês e Macron tem sofrido com o grau de aprovação de seu mandato pelos franceses", comenta Valls. "A assinatura do acordo vai depender basicamente de outros países que estão na Europa, de até que ponto querem comprar essa briga ou não com a França. E depende muito mais de avaliação política da importância desse acordo no momento atual."

Eduardo Menicucci, professor da Fundação Dom Cabral, acredita que a tendência é que os países optem menos por tratados em blocos e mais por acordos bilaterais, o que pode ser "mais eficaz".

Para Welber Barrai, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior, a manifestação do Carrefour tem duas análises para serem feitas. "A primeira é que o Carrefour da França está jogando para seus fornecedores e consumidores locais. É uma ação publicitária para eles. O segundo ponto é que há risco concreto que já existe em vários outros produtos, que é a ideia de criar padrões privados. E isso acaba burocratizando a exportação brasileira para esse tipo de cliente." Como padrões privados, explica Barrai, pode haver exigência de redes varejistas francesas para que o exportador brasileiro de carne tenha um selo que diga que ele cuida de questões sanitárias, de questões sociais, do meio ambiente, da emissão de carbono, por exemplo. Para Barrai, a medida do Carrefour é "parte do jogo" na negociação do acordo.

Histórico

Na quarta, 20, o presidente global do Carrefour, Alexandre Bompard, declarou que a rede de supermercados decidiu excluir as carnes de países do Mercosul de seu portfólio de produtos na França. Nesta quinta-feira, a mídia europeia publicou que o grupo Les Mousquetaires, dono das redes Intermarché e Netto, aderiu ao boicote.

Desde a semana passada, fazendeiros em seus tratores têm bloqueado estradas de acesso ao porto de Bordeaux, que liga a cidade ao Atlântico pelo rio Garonne, disse à Reuters Jose Perez, representante do sindicato trabalhista Coordination Rurale. Para muitos produtores franceses, o porto, que também inclui um terminal de grãos, representa a entrada de produtos com concorrência desleal, por não estarem sujeitos à mesma regulamentação interna. Segundo a rádio RMC, pelo menos 85 pontos de manifestação foram contabilizados na França, na segunda.

Na segunda-feira, 18, o Euro-Commerce, que faz lobby para supermercados europeus, afirmou em **comunicado** ser parte de 78 federações profissionais que assinam um apelo para "acelerar a conclusão das negociações do acordo de livre-comércio UE-Mercosul", argumentando que este poderia "contribuir para mitigar os desafios **impostos** pela instabilidade geopolítica e pelas perturbações na cadeia de suprimentos".

A Federação de Associações Rurais do Mercosul (FARM), que reúne entidades de produtores de países como Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia e Bolívia, divulgou nota em que classifica a decisão do Carrefour como "arbitrária, protecionista e equivocada", afirmando que ela prejudica os países do Mercosul e desconsidera os altos padrões de sustentabilidade e qualidade da produção da região.

"Acordo foi desenhado para uma realidade que não é mais a de hoje" Livio Ribeiro

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048?page=1§ion=2>

Bitcoin bate novo recorde e encosta em US\$ 100 mil

Ricardo Bomfim De São Paulo

O bitcoin acelerou os ganhos ontem e encostou nos US\$ 100 mil após o presidente da SEC (comissão de valores mobiliários americana), Gary Gensler, anunciar que deixará o cargo no dia 20 de janeiro, quando o presidente eleito dos EUA, Donald Trump, assume a Casa Branca. A criptomoeda atingiu US\$ 98.831, novo recorde, acumulando valorização de 132% no ano.

Gensler é visto como adversário do setor "cripto", tendo liderado processos judiciais e administrativos contra as maiores empresas do segmento, casos de Binance, Kraken, Ripple e Coinbase. Para o regulador, todas as moedas digitais, à exceção do bitcoin, são valores mobiliários não registrados, portanto dentro da jurisdição da SEC. Trump prometeu durante a campanha que trabalharia pela demissão de Gensler.

De acordo com a agência Reuters, Kraken, Ripple, Circle e outras empresas estão buscando ter assento no conselho que Trump prometeu criar para setor de ativos digitais. O conselho ajudaria na estruturação da regulamentação para criptoativos, estabeleceria uma reserva nacional de bitcoin e coordenaria o trabalho de reguladores como a SEC e a Comissão de Negociação de Commodities e Futuros.

Os fundos negociados em bolsa (ETFs) de bitcoin continuam recebendo mais dinheiro dos investidores. Na quarta, foi registrado um saldo líquido positivo de US\$ 773,4 milhões, no terceiro dia consecutivo de entrada de capital. O fundo da BlackRock recebeu US\$ 626,5 milhões.

Segundo Vinícius Bazan, CEO da Underblock, a quebra de máximas sucessivas pelo bitcoin ocorre em parte porque desde que a moeda digital foi criada os EUA nunca houve um presidente pró-cripto. "É muito importante o palco político que Trump criou. Espera-se que ele traga um ambiente com menos amarras e mais aberto para a inovação. Pode zerar **impostos** em transações com cripto para moedas emitidas nos EUA ou zerar ganhos de capital para bitcoin." Paulo Boghosian, diretor do TC Pandhora, afirma que mudanças estratégicas, como a saída de Gensler da SEC e a reestruturação do Departamento de Comércio, sugerem uma abordagem pró-cripto, alimentando otimismo. "O bitcoin atingiu US\$ 98 mil, mantendo uma tendência de alta alimentada por

fatores como as movimentações do comitê de transição de Trump."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048>

A falta que faz um plano integrador - CELSO MING

CELSO MING

O governo Lula não enfrenta apenas um mundo em rápida mudança em setores tão vitais para a economia, como as transformações nas relações de trabalho, a revolução digital, o aumento da expectativa de vida e o correspondente envelhecimento da população, a macrocefalia do sistema financeiro e a transição da matriz energética de fonte fóssil para a de fonte limpa. Enfrenta, também, a falta de um programa integrador, num ambiente de confrontação em que crescem as exigências e as pressões conservadoras.

Embora, antes mesmo das eleições de 2022, tenha se comprometido com suas "diretrizes de governo", o presidente Lula vem perdendo energia política com seguidas improvisações e com o apagamento de pequenos e médios incêndios. A todo o momento, por exemplo, vem-se surpreendendo com mudanças de mentalidade do trabalhador que já não valoriza, como antes, a sindicalização e o emprego com carteira assinada e, a bordo de centenas de aplicativos, vem preferindo a atividade empreendedora e o trabalho por conta própria.

Ou, então, se surpreende com não mais conseguir dialogar com os evangélicos, que repudiam ideologias de confronto entre classes sociais ou entre capital e trabalho.

A qualidade da administração seria bem outra se o governo Lula colocasse em marcha um programa estratégico, que desse sentido a decisões de varejo e a tantos investimentos espalhados, que vem sendo postergado ou demora demais para ser concluído.

Há alguns meses, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a defender um plano geral desse tipo, centrado sobre uma pauta ampla que focasse a transição energética, que acena com grande potencial para a economia brasileira. Seria um programa destinado a unificar as iniciativas em direção ao resgate da indústria, ao aumento das exportações, à criação de empregos e, de quebra, não só ajudaria a reequilibrar as contas públicas, como, também, aumentaria o respeito das demais potências globais às condições do Brasil e à sua posição entre as nações.

Apesar dos estragos produzidos pela **inflação**, Juscelino conseguiu efeitos equivalentes quando, em

1956, colocou em marcha seu Plano de Metas. E, malgrado seus princípios totalitários, o governo militar de Castelo Branco lançou o País no chamado milagre econômico do fim dos anos 60, quando acatou o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado pelo economista Roberto Campos.

Se adotasse um plano integrador dessa natureza, o governo Lula teria melhores condições de superar tantas picuinhas políticas que tolhem seu governo e impedem, até mesmo, de colocar em prática a política social que pretende resgatar milhões de brasileiros da pobreza e da vida precária.

No entanto, só a partir do momento em que o governo se comprometer com a saúde das contas públicas e eliminar os riscos fiscais, estarão criadas as condições para o lançamento de um plano dessa ordem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Medidas para militares terão impacto de R\$ 2 bi, diz Haddad

SÉRGIO ROXO, GERALDA DOCA, BERNARDO LIMA E KAROLINI BANDEIRA *economia@oglobo.com.br*
BRASÍLIA

As medidas de cortes de despesas acertadas pelas Forças Armadas com o Ministério da Fazenda, com ajustes pontuais no regime de Previdência dos militares, terão um impacto anual de R\$ 2 bilhões, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Todo o pacote do governo prevê cortes de R\$ 30 bilhões em 2025 e R\$ 40 bilhões em 2026.

-O impacto de medidas na Defesa é um pouco superior a R\$ 2 bilhões, ou nessa ordem de grandeza - disse Haddad.

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse ontem que o pacote não vai atingir o que chamou de "investimentos" em Educação e Saúde. Na quarta-feira, Costa e Haddad se reuniram para "ajustar os detalhes do texto" do pacote.

- No investimento de Saúde e Educação não será mexido, porque isso ele (Lula) considera essencial. Não vamos mexer no volume de investimento em Educação -disse Costa em entrevista à GloboNews.

Como O GLOBO mostrou no início do mês, o governo debatia a inclusão de mudanças em Saúde e Educação. O modelo previa que as despesas não poderiam crescer mais de 2,5% acima da **inflação**. A mudança, na prática, não significaria redução no orçamento das duas pastas de um ano para outro. Por isso, o governo tem evitado falar em "cortes" em Saúde e Educação, mas as mudanças levariam os orçamentos das áreas a crescerem menos.

MUDANÇAS NA DEFESA

Na Defesa, o orçamento total do ministério (que reúne as três Forças) chega a R\$ 127,6 bilhões. Esse valor sobe para R\$ 133 bilhões no ao que vem, se não houver cortes. Do montante de 2025, R\$ 12,8 bilhões são para in- vestimentos - todo o restante é para pagamento de salários de ativos e inativos.

Uma das medidas para redução de despesas prevê a fixação, de forma progressiva, da idade mínima de 55 anos para transferência para a reserva, a forma como é chamada a aposentadoria dos militares.

A fixação de uma idade mínima não trará impactos de curto prazo porque haverá regras de transição. Além disso, com o aumento do tempo de serviço para 35 anos, que ocorreu na reforma de 2019, quem ingressa na carreira aos 20 anos, por exemplo, só vai poder pedir reserva aos 55 anos.

Também faz parte do pacote a padronização da contribuição para o Fundo da Saúde. O plano é igualar a contribuição dos militares da Aeronáutica e da Marinha, que hoje pagam menos, à alíquota do Exército, de 3,5% sobre o soldo. Nesse ponto, não haverá corte de gastos, mas aumento de receita.

133 bi de reais É o orçamento do Ministério da Defesa para 2025, senão houver cortes

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Instituições devem se preocupar com inadimplência, diz BC

Gabriel Shinohara De Brasília

O diretor de fiscalização do Banco Central (BC), Ailton de Aquino Santos, mostrou preocupação com o comportamento futuro da inadimplência. Ele disse que o cenário atual de endividamento e comprometimento de renda das famílias em patamar elevado, combinado com maior apetite a risco das instituições financeiras e em meio ao ciclo de alta da política monetária, "pode gerar consequências no futuro".

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) divulgado ontem pelo BC aponta que o apetite a risco das instituições financeiras teve uma leve elevação no primeiro semestre deste ano. "A gente tem algumas forças relevantes aqui, subida de taxa, endividamento das famílias, comprometimento de renda, maior apetite a risco, o que pode gerar quiçá, no futuro, uma eventual elevação da inadimplência", disse Aquino em coletiva após a divulgação do documento.

Nesse tema, o diretor ressaltou a importância do crédito com qualidade e disse que "as instituições devem se preocupar fortemente com eventual inadimplência". Aquino ressaltou que o crédito é importante para a sociedade brasileira, mas as "cauteladas devidas devem ser tomadas".

O REF aponta, no entanto, que "não há risco relevante para a estabilidade financeira". Segundo o documento, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue "bem provisionado", e a rentabilidade, "melhorando gradualmente".

O Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou o ciclo de elevação da taxa básica de juros, a Selic, na reunião de setembro. Desde então, a taxa subiu de 10,50% para 11,25% ao ano. O comitê não fez sinalizações para os próximos passos e tem enfatizado o "firme compromisso de convergência da **inflação** à meta", como diz a última ata.

No início da coletiva, Aquino ressaltou uma mensagem do Copom para explicar o contexto do REF. O cenário externo, apontou, continua desafiador. Em relação ao âmbito doméstico, ressaltou que "a gente está em um momento desafiador, momento de subida de taxa de juros". O diretor apontou então que o crédito continua com crescimento vigoroso e há uma política fiscal expansionista. "Aqui temos que destacar o esforço que

está sendo feito pelo governo central e o que pode sair nos próximos dias no que diz respeito a um ajuste fiscal." Além das questões conjunturais, o REF também tratou do impacto de temas regulatórios, como as novas regras contábeis para mensuração e registro de instrumentos financeiros e reconhecimento de "hedge" (proteção). A nova regulamentação alinhada com os padrões internacionais IFRS 9 e IFRS 7 entra em vigor em 1-de janeiro de 2025.

Entidades responsáveis por cerca de 84% das exposições de crédito do SFN estimam uma elevação de R\$ 37,8 bilhões nas suas provisões, o que representa 10,7% das provisões atuais, segundo pesquisa do BC. De acordo com Aquino, essa estimativa está em linha com os modelos do próprio Banco Central.

O diretor ressaltou que a preocupação das instituições financeiras é relevante e a mudança é "forte", mas garantiu que o sistema "tem condições de suportar". No REF, o BC destacou que, apesar do impacto no início da transição, as novas regras "deixarão o SFN mais robusto para enfrentar futuras materializações de risco de crédito".

Questionado sobre o pleito da Caixa Econômica Federal para a redução da alíquota do compulsório, o diretor disse que as conversas continuam e que o BC está aberto ao diálogo. Aquino afirmou também que acha possível "buscar alternativas".

Nesse sentido, o diretor disse que a sociedade brasileira "precisa buscar novas formas de financiamento para o crédito imobiliário". Segundo Aquino, há estudos em curso sobre outras formas de financiamento e "o compulsório é um item que está na mesa, mas provavelmente não temos horizonte para nenhuma manifestação clara acerca desse ponto".

"A gente está em um momento desafiador, momento de subida de taxa de juros" Ailton de Aquino

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188048>